

Informe da redação

editoria e colaboradores



Visita

O presidente do PMDB do Paraná, deputado federal Osmar Serraglio (foto), fez uma visita surpresa na manhã de ontem ao presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel, Márcio Pacheco (PPL). Osmar estava em deslocamento entre Umuarama e Brasília.

Elogio

Na oportunidade, o líder peemedebista elogiou as medidas adotadas pela Mesa Diretora do Legislativo em relação à contenção de gastos e às medidas moralizadoras. Serraglio ainda acompanhou uma reunião da Comissão de Justiça, Redação e Voto.

Revogações

Com a revogação do anteprojeto que trata do valor venal dos imóveis urbanos, que serviu de base para o reajuste do IPTU, alguns vereadores também já se movimentam para pedir a revogação das outras duas leis aprovadas na sessão do dia 26 de dezembro do ano passado.

Leis

Uma delas trata da Lei do Uso do Solo e outra acrescenta mais um ano de concessão aos empresários que exploram os chamados quiosques do Calçadão da Avenida Brasil, em Cascavel. Todas as propostas são de iniciativa do Executivo e foram aprovadas durante a sessão do dia 26 de dezembro.

Justiça

No entendimento dos parlamentares, não há razão de mantê-las fora do processo de exclusão, uma vez que a própria Câmara deu parecer indicando início na tramitação do anteprojeto que trata do valor venal dos imóveis.

Ausentes

Dois vereadores estiveram ausentes na sessão de ontem do Legislativo cascavelense: Gugu Bueno (PR) e Pedro Martendal (PSDB). O primeiro alegou estar em Curitiba para tratamento de

saúde. O segundo também estava em Curitiba, mas assinando convênios para as Apeas do Estado.

Pedras no caminho

De acordo com informações de bastidores da política nativa, a investida do vice-prefeito e secretário de Obras Públicas, Maurício Theodoro (PSDB), de contornar a situação, em Brasília, em relação ao desvio de pedras da BR-163, foi barrada pela ala petista.

Oposição

O assunto virou prioridade entre a turma do PT, que foi derrotada nas urnas pelo atual prefeito Edgar Bueno (PDT). Como nos bastidores que o deputado federal e vice-presidente da Câmara Federal, André Vargas, fará uma visita ao local onde as pedras foram retiradas e vai acompanhar o andamento da investigação na Polícia Federal.

Plano-diretor I

O ConCidade (Conselho Municipal da Cidade) realiza amanhã, a partir das 8h15, reunião ordinária com seus conselheiros. O encontro ocorre na sala de reuniões no terceiro piso da Prefeitura de Cascavel. Na pauta está a leitura do parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão de Solo referente à proposta de alteração da Lei do Uso do Solo e Sistema Viário.

Plano-diretor II

Os conselheiros também vão discutir o parecer da renovação do convênio Casa Fácil, a revisão do plano-diretor e a apresentação dos projetos de empreendimentos de habitação de interesse social nos vários programas em execução e os que estão para serem iniciados.

*Os vereadores de Cascavel aprovaram, em primeiro turno, a outorga do título de Cidadão Honorário de Cascavel ao deputado federal Eduardo Sciarra (PSD). O projeto de resolução foi apresentado pelo vereador João Paulo de Lima (PSD). *O deputado federal Oliveira Filho é o novo presidente estadual do PRB (Partido Republicano Brasileiro) no Paraná. *Ele assume o lugar do deputado estadual Edson Pracyk, que comandou o partido no Estado desde sua fundação. *Terra Roxa é um dos três municípios paranaenses que receberão fiscalização especial da Controladoria-Geral da União. *A relação das cidades foi definida em sorteio público realizado ontem em Brasília.

edição: Miguel Portela - editoria@oparana.com.br

FIM DA POLÊMICA

Vereadores aprovam projeto que revoga aumento do IPTU

Assunto marcou a sessão de ontem da Câmara de Cascavel

Cascavel - Em primeira votação, a Câmara de Vereadores de Cascavel aprovou por 17 votos a 1 o Anteprojeto de Lei 025/2013, do Executivo municipal, revogando a Lei 6.173/2012, que estabelecia alíquotas, valores e metodologia de cálculo do valor venal dos imóveis urbanos e que serviu de parâmetro para o reajuste do IPTU (Imposto Predial, Territorial e Urbano) para 2013. O assunto foi o mais polêmico durante a sessão.

A polêmica envolveu sobretudo o vereador Jorge Bocasanta (PT), que desistiu de retirar o Projeto de Lei 23/2013, de sua autoria, que também pede a revogação da Lei 6.173/2012. Pela manhã, a proposição já tinha recebido parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, que a considerou inconstitucional.

De acordo com a Procuradoria Jurídica da Casa de Leis, somente o Executivo tem competência para atuar sobre tema de ordem tributária.

Durante a sessão, o presidente da Câmara, vereador Márcio Pacheco (PPL), comunicou o petista sobre a decisão da Mesa Diretora de não votar seu projeto devido ao parecer da Comissão de Justiça. "O nosso entendimento é de que a revogação do ante-



O plenário ficou lotado ontem durante a sessão

projeto só pode ser feita por iniciativa do chefe do Executivo. Por isso, o projeto do vereador Bocasanta não será apreciado", afirmou Pacheco.

O petista não ficou satisfeito e defendeu sua proposta em plenário. "O projeto apresentado não é do Bocasanta, mas das entidades, e foi apresentado antes do Executivo para ser revogado. Além disso, o que fizeram naquele dia 26 de dezembro de 2012 [quando da aprovação do aumento do IPTU] é uma fraude. Precisamos enterrar as mentiras, a corrupção que vem prejudicando a população", criticou Bocasanta.

O vereador Paulo Porto (PCdoB) também saiu em defesa do colega de oposição. "A der-

rubada do aumento do IPTU é uma vitória histórica dos movimentos populares de Cascavel e a Câmara não é mais subserviente ou o Executivo dialoga com a sociedade ou nós vamos brigar. O que aconteceu sem que a sociedade pudesse participar [aumento do IPTU] não pode se repetir", aviou Porto.

Mesmo com o discurso da oposição, a decisão da Mesa Diretora prevaleceu e o projeto do Executivo foi colocado em votação em regime de urgência, pedindo a revogação do "aumento do IPTU". Apenas Bocasanta votou contra e os demais parlamentares presentes votaram pela aprovação. A matéria volta a ser apreciada na sessão de hoje em última votação.

Prefeitura terá de divulgar processos

Cascavel - Também na sessão de ontem, os vereadores de Cascavel votaram mais quatro projetos de lei. Dentre eles o de nº 015/2013, do vereador Rui Capelão (PPS), que torna obrigatória a divulgação no site da Prefeitura de Cascavel do número de todos os processos judiciais em que o Município faz parte em qualquer esfe-

ra do Poder Judiciário.

"O nosso objetivo é tornar mais transparente as informações judiciais para o cidadão", disse o parlamentar.

A proposta foi aprovada em primeira votação por unanimidade.

Já o Anteprojeto de Lei nº 013/2013, que prevê remanejamento de R\$ 194 mil para o Centro de

Especialidades Odontológicas da Unipar, foi retirado de pauta em razão de um pedido de vista do vereador Paulo Porto (PCdoB). Para o Paulo Porto, o assunto requer mais informações.

Outro projeto aprovado em primeiro turno foi o de nº 018/2013, de Jorge Menegatti (PSC), que denomina de Dona Idalina Barreiros, o Cetrard.

VICE-PREFEITO DEPÕE HOJE

O vice-prefeito e secretário de Obras Públicas, Maurício Theodoro (PSDB), vai depor na sessão ordinária do Legislativo de Cascavel de hoje, para explicar a retirada supostamente ilegal do asfalto da BR-163 por parte da Prefeitura de Cascavel. O depoimento está cercado de expectativas uma vez que há várias contradições desde que o fato se tornou público. O vice-prefeito é apontado como o principal envolvido na retirada das pedras da rodovia. O material foi utilizado no pátio de manobras do Aeroporto Municipal, mas sem a autorização do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), responsável pela administração da BR-163.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
CPU SEJU

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2012

Objeto: Prestação de serviços de monitoramento e rastreamento de 1.600 (mil) sentenças com locação de solução composta por: mão de obra especializada, equipamentos (hardwarizmente), softwares de gerenciamento, controle e monitoramento de sentenças e fornecimento de dispositivos de rastreamento, mobiliário e equipamentos de vídeo monitoramento, comunicação de dados, bem como licenças, garantia, assistência, treinamento e suporte técnico, respeitadas as especificações técnicas, quantidades, condições de fornecimento, acordo de níveis de serviços descritos no edital e seus anexos pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.

DATA: 24 de abril de 2013 às 9:30h
LOCAL: PALÁCIO DAS ARALUCARIAS - RUA JACY LOUREIRO DE CAMPOS - térreo - auditório - CENTRO CÍVICO - CEP: 83.530-915 - CURITIBA-PR
INFORMAÇÕES E EDITAL: www.comprasparana.pr.gov.br; www.justica.pr.gov.br